

Divisão do acordo UE-Mercosul

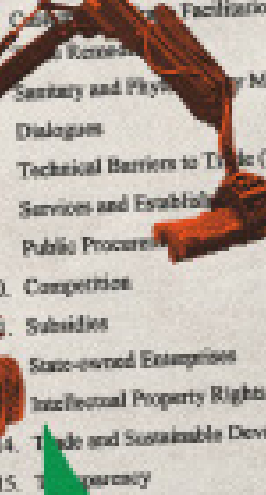
Um sequestro democrático

New EU-Mercosur
The agreement
Between

This document summarises the negotiating Association Agreement at the time of the agreement. It is subject to the final report.

The

Notes

- 
1. ...
 2. ...
 3. ... Facilitation
 4. ... Remedy
 5. ... Sanitary and Phytosanitary Measures
 6. ... Dialogues
 7. ... Technical Barriers to Trade (TBT)
 8. ... Services and Establishments
 9. ... Public Procurement
 10. ... Competition
 11. ... Subsidies
 12. ... State-owned Enterprises
 13. ... Intellectual Property Rights, Inc
 14. ... Trade and Sustainable Development
 15. ... Transparency
 16. ... Standardized Medium-sized Enterprises
 17. ...

your trade agreement
ment in principle
24, 1 July 2019

ing results of the trade agreement in principle final transcription into the EU-Mercosur June 2019. The the respective

“DIVISÃO” DO ACORDO UE-MERCOSUL: UM SEQUESTRO DEMOCRÁTICO

COMO A COMISSÃO EUROPEIA CONTORNA A OPOSIÇÃO RUMO A UM ACORDO COMERCIAL CONTROVERSO

O acordo de livre comércio assinado com o Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) seria o maior acordo comercial já adotado pela União Europeia, abrangendo um mercado que representa 774 milhões de cidadãos.

Acordos comerciais geralmente são descritos em termos puramente econômicos, mas na realidade, eles afetam nossa vida cotidiana em questões tão diversas quanto a qualidade dos alimentos que consumimos, empregos, nosso meio ambiente, saúde e direitos fundamentais. É por isso que, há muitos anos, as organizações da sociedade civil têm denunciado os impactos negativos que o acordo UE-Mercosul teria sobre o clima, o desmatamento, a agricultura e os direitos humanos.

A controvérsia em torno dos acordos comerciais é alimentada também pela falta de transparência, de uma participação democrática dos cidadãos e de envolvimento das organizações da sociedade civil que representam o interesse público. Em 2020, a ouvidoria da UE¹, o órgão de fiscalização ética, emitiu uma decisão criticando o fato de a Comissão Europeia não ter finalizado uma avaliação atualizada do impacto sobre a sustentabilidade antes de concluir as negociações comerciais entre a UE e o Mercosul. Em 2023, a ouvidoria da UE enviou uma carta direta a Ursula von der Leyen solicitando que ela considerasse a publicação do instrumento adicional preliminar de forma proativa². A Comissão não seguiu as recomendações da ouvidoria, e as negociações UE-Mercosul reforçaram, assim, um padrão de tomada de decisão mais do que problemático.

O texto final do acordo UE-Mercosul foi finalmente publicado em dezembro de 2024. Após uma depuração jurídica e tradução em todos os idiomas da UE, o texto precisa ser ratificado pelas instituições que a compõem. No entanto, a Comissão Europeia já expressou seu desejo de usar um truque processual para acelerar a ratificação e contornar a oposição de vários estados membros e parlamentos nacionais: a chamada “divisão”. Neste resumo, expomos por que essa manobra de divisão do acordo UE-Mercosul prejudica a democracia da UE e a confiança dos cidadãos em suas instituições.

OPOSIÇÃO MACIÇA AO ACORDO UE-MERCOSUL E AOS CHAMADOS ACORDOS DE “LIVRE” COMÉRCIO

O comércio internacional é uma das políticas europeias mais controversas. Por muitos anos, as negociações de acordos de livre comércio resultaram em movimentos de oposição maciça em todo o continente, reunindo diversos grupos sociais, organizações e interesses. Centenas de milhares de pessoas protestaram contra o TTIP (Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento) e o CETA (Acordo Integral de Economia e Comércio) em toda a Europa, incluindo 320.000 somente em Berlim em setembro de 2016. De agricultores a ativistas climáticos, de sindicatos de trabalhadores a grupos de consumidores, a oposição aos acordos de livre comércio é clara.

As negociações entre a UE e o Mercosul duraram mais de 25 anos e foram marcadas por uma total falta de transparência³ e de participação da sociedade civil. Os membros dos parlamentos europeus também reclamaram em muitas ocasiões sobre o sigilo das negociações e a falta de consulta. Mais de 400 organizações⁴ de ambos os lados do Atlântico expressaram recentemente sua firme oposição ao acordo. Os oponentes incluem sindicatos, ONGs, povos indígenas, organizações de agricultores e grupos de consumidores⁵. O acordo UE-Mercosul é o epitome de um acordo comercial desatualizado, insustentável e antidemocrático.

Não é segredo que os principais defensores do acordo são as grandes empresas multinacionais de ambos os lados do Atlântico. O setor automotivo⁶, o agronegócio e os produtores de pesticidas⁷ como a BASF⁸ e a Bayer, têm pressionado fortemente pelo acordo. Não é surpresa que essas empresas também sejam suas principais beneficiárias. Em 2024-2025, os protestos dos agricultores contra o acordo UE-Mercosul se espalharam na França⁹, Bélgica¹⁰, Irlanda¹¹, Espanha¹², Polônia¹³ e República Tcheca¹⁴. Vários parlamentos nacionais e regionais também se opuseram ao acordo. Já em 2019¹⁵, o Parlamento austríaco¹⁶ vetou o acordo EU-Mercosul em uma votação vinculante para o governo austríaco. Os parlamentos da Valônia¹⁷ e de Bruxelas¹⁸ também votaram contra o acordo. O mesmo vale para o Parlamento holandês¹⁹ e para o Senado francês²⁰ e a Assembleia Nacional²¹. Além disso, vários governos expressaram reservas ou até mesmo forte oposição ao acordo, como a França, a Irlanda, e a Polônia.

Apesar dessa rejeição maciça ao livre comércio, a Comissão Europeia persiste em conduzir maneiras cada vez menos democráticas de promover políticas e acordos comerciais, optando por truques processuais para contornar as oposições e silenciar o debate público.

DIVISÃO DE ACORDOS COMERCIAIS PARA CONTORNAR A OPOSIÇÃO

Prevendo um processo de ratificação longo, complicado e potencialmente malsucedido para o acordo UE-Mercosul, a Comissão Europeia quer acelerar a ratificação com uma manobra de divisão. Mas o que isso significa em termos concretos?

Embora o “comércio” seja uma competência exclusiva da UE, o escopo da maioria dos acordos internacionais vai além do comércio e são considerados acordos mistos. Isso significa que as competências são compartilhadas entre a UE e seus estados-membros. Assim, o acordo UE-Mercosul é um acordo misto porque contém uma parte comercial (competência da UE) e um pilar político e de cooperação (competência compartilhada com os estados-membros).

A ratificação de acordos mistos exige uma votação no Parlamento Europeu e um voto unânime dos governos da UE no Conselho. Isso significa que cada estado membro tem o direito de vetar. No caso do acordo UE-Mercosul, um país como a França poderia bloquear a ratificação. Além disso, o acordo também deve ser ratificado pelos estados-membros da UE de acordo com suas exigências constitucionais, o que geralmente inclui a aprovação pelos parlamentos nacionais. Na Bélgica, por exemplo, os acordos comerciais devem ser ratificados pelos parlamentos flamengo e valão para serem ratificados pelo Estado federal.

A divisão do acordo permitiria um processo de ratificação diferente. Se a Comissão seguir a mesma arquitetura dos acordos anteriores, a parte comercial - uma competência exclusiva da UE - seria separada do pilar político e de cooperação - competência compartilhada. A parte comercial ainda passaria pelas votações do Conselho e do Parlamento Europeu. No entanto, o Conselho precisaria apenas de uma maioria qualificada em vez de unanimidade para aprovar o acordo. Uma maioria qualificada é alcançada se duas condições forem atendidas simultaneamente²²:

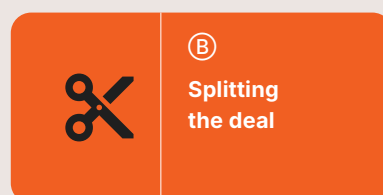
- 55% dos estados-membros votarem a favor - na prática, isso significa 15 de 27
- a proposta seja apoiada por estados-membros que representem pelo menos 65% da população total da EU

A ratificação ainda poderia ser impedida por uma minoria de bloqueio, mas ela precisaria incluir pelo menos quatro membros do Conselho. Além disso, a aprovação por todos os parlamentos relevantes em nível nacional não seria mais necessária. Isso significa que a rejeição do acordo em um parlamento nacional ou regional não poderia impedir a ratificação do acordo UE-Mercosul.

THE EU COMMISSION'S 'DIVIDE AND CONQUER' TRICK: SPLITTING THE DEAL



Commission proposal
↓
Consensus in the Council
↓
Majority in the
European Parliament
↓
Approval by all relevant
parliaments at national level
↓
ENTRY INTO FORCE



**POLITICAL AND
COOPERATION PILARS**
Adopted per procedure **(A)**

TRADE PILAR
Commission proposal
↓
Qualified majority in the Council
No veto by a Member State possible
↓
Majority in the
European Parliament
↓
ENTRY INTO FORCE



UM SEQUESTRO DEMOCRÁTICO QUE VIOLA A LEGISLAÇÃO DA UE

O caso UE-Mercosul recebeu ampla cobertura da mídia e está enfrentando uma oposição significativa. Mas os problemas relacionados à questão da divisão vão além do acordo UE-Mercosul. Na verdade, uma série de acordos comerciais já foi adotada por meio desse truque antidemocrático que se tornou a nova rotina da Comissão Europeia para forçar a aprovação de acordos comerciais controversos.

Após as negociações extremamente difíceis do CETA, a Comissão Europeia mudou seus processos de política comercial e decidiu optar por uma divisão de todos os acordos mistos. Desde então, todos os acordos comerciais com capítulos de proteção de investimentos (com o polêmico mecanismo ISDS - Mecanismo de Resolução de Litígios entre Investidor e Estado) foram ratificados por meio de uma divisão: UE-Chile, UE-Vietnã, UE-Cingapura. Contornar os parlamentos nacionais e a unanimidade entre os Estados Membros tornou-se a nova rotina da política comercial da UE. No entanto, o acordo UE-Mercosul seria o primeiro acordo comercial sem um capítulo sobre proteção de investimentos que poderia ser dividido. Isso criaria um precedente perigoso.

Uma análise legal de autoria de Dr. Markus Krajewski e Julian Werner²³ conclui que uma divisão do acordo EU-Mercosul viola o mandato dado pelo Conselho à Comissão e pode violar a legislação da UE. Eles recomendam que, se a Comissão apresentar uma proposta para a adoção de uma "divisão" ou de um acordo de livre comércio "provisório", ela deve solicitar imediatamente o parecer do Tribunal de Justiça Europeu, com base no Artigo 218 (11) do Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFEU). A análise jurídica de Amandine Van den Berghe, da Client Earth²⁴, levou a conclusões semelhantes e acrescentou que uma divisão também violaria a obrigação de cooperação leal mencionada no Artigo 4 (3) do Tratado da UE (TUE) e no Artigo 13 (2) do mesmo. Como cinco parlamentos nacionais e regionais já votaram contra o EU-Mercosul, é ainda mais importante que todos os níveis de tomada de decisão em nível europeu e dos estados membros sejam consultados.

OUTRO COMÉRCIO É POSSÍVEL

A manobra de divisão do acordo UE-Mercosul é o mais recente desenvolvimento de um processo que, desde o mandato de negociação até a ratificação, careceu de participação democrática e transparência. A Comissão Europeia poderia ter respondido à oposição contra o acordo EU-Mercosul entendendo as raízes do descontentamento. Ao contrário, ela optou por aplicar a prática antidemocrática de dividir os acordos para contornar o veto dos Estados-Membros no Conselho e o voto dos parlamentos nacionais.

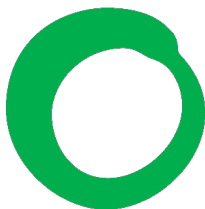
A divisão de acordos comerciais para contornar a oposição pública alimenta a desconfiança nas instituições da UE e dá argumentos para as forças eurocéticas. Isso só beneficiará a extrema direita. Mas a questão da divisão vai além do escopo restrito da política comercial. Em um contexto político global em que líderes de extrema direita como Putin e Trump (de fora) e Orban alemã (de dentro) atacam a União Europeia, a prioridade da UE deveria ser reforçar seus processos democráticos em vez de enfraquecê-los.

As negociações comerciais não devem ser secretas e antidemocráticas. Há muitas outras maneiras de conduzir negociações comerciais que podem fortalecer o escrutínio democrático, a participação da sociedade civil e reconstruir a confiança nas instituições da UE.

Solicitamos à Comissão Europeia que não opte por uma divisão do acordo UE-Mercosul e que reabra as negociações desse acordo. Outra negociação é possível, as alternativas são inúmeras. É preciso apenas coragem política.

Fontes

1. <https://www.ombudsman.europa.eu/en/decision/en/139418>
2. <https://www.ombudsman.europa.eu/en/opening-summary/en/175060>
3. <https://friendsoftheearth.eu/wp-content/uploads/2024/02/EU-Mercosur-Transparency-Report.pdf>
4. EU-Mercosur agreement: lost transparency, Friends of the Earth Europe
<https://friendsoftheearth.eu/press-release/toxic-trade-alert-400-organisations-urge-leaders-to-drop-eu-mercotur-deal>
5. <https://www.beuc.eu/press-releases/eu-mercotur-trade-deal-likely-fail-both-consumers-and-farmers-sustainability-goals>
6. <https://www.euractiv.com/section/economy-jobs/news/cars-v-cows-german-automakers-call-to-split-eu-mercotur-deal-to-bypass-french-non/>
7. The powers pushing for the planet-wrecking EU-Mercosur trade deal, Friends of the Earth Europe
<https://friendsoftheearth.eu/wp-content/uploads/2022/03/The-powers-pushing-for-the-planet-wrecking-EU-Mercosur-deal.pdf>
8. Toxic trading: The EU pesticide lobby's offensive in Brazil, Friends of the Earth Europe
<https://friendsoftheearth.eu/wp-content/uploads/2022/04/Toxic-Trading-EN.pdf>
9. <https://www.france24.com/en/france/20241119-french-farmers-protests-eu-trade-deal-south-america-mercotur-bloc>
10. <https://www.belgianewsagency.eu/wallonia-farmers-to-protest-in-brussels-against-eu-mercotur-trade-deal>
11. <https://www.farmersjournal.ie/news/news/farmers-join-forces-for-mercotur-protest-843254>
12. <https://www.euractiv.com/section/politics/news/spanish-farmers-protest-eu-mercotur-deal/>
13. <https://tvpworld.com/83807024/polish-farmers-protest-against-eu-mercotur-deal>
14. <https://www.euractiv.com/section/agriculture-food/news/czech-farmers-protest-against-mercotur-food-imports-from-ukraine/>
15. <https://www.dw.com/en/austria-deals-first-blow-to-eu-mercotur-trade-pact/a-50489747>
16. <https://www.parlament.gv.at/aktuelles/news/archiv/j2019/178mercotur>
17. <https://www.rtf.be/article/garantir-les-interets-du-monde-agricole-le-parlement-de-wallonie-approuve-la-motion-de-rejet-de-l-accord-commercial-entre-l-ue-et-le-mercotur-11460004>
18. <https://www.lalibre.be/derrieres-depeches/2025/01/31/parlement-bruxellois-une-majorite-favorable-a-larret-des-negociations-de-laccord-de-libre-echange-mercotur-7GQUEP4IGRGZJOZW4A37L24TIM/>
19. <https://www.argusmedia.com/en/news-and-insights/latest-market-news/2111447-eu-mulls-dutch-rejection-of-mercotur-deal>
20. <https://www.publicsenat.fr/actualites/international/accord-ue-mercotur-le-senat-rejette-largement-le-traite-de-libre-echange>
21. <https://www.politico.eu/article/mercotur-lassemblies-rejette-largement-laccord-de-libre-echange/>
22. <https://www.consilium.europa.eu/en/council-eu/voting-system/qualified-majority/>
23. <https://europeantradejustice.org/wp-content/uploads/2023/05/The-EU-Commissions-possible-attempts-to-fast-track-the-EU-Mercosur-deal-Legal-Analysis-by-Prof-Krajewski-May-2023-1.pdf>
24. <https://www.clientearth.org/media/s2dh2elt/clientearth-eu-mercotur-agreement-governance-issues-in-eu-s-trade-decision-making.pdf>



**Friends of
the Earth
Europe**

Autor

Julie Zalcman

Contribuiram

Paul de Clerck,
Gaëlle Cau
Nina Ostrowski

Design

Ricardo Santos

Março 2025

Amigos da Terra Europa

faz campanhas para a proteção do meio ambiente, reúne mais de 30 organizações nacionais com milhares de grupos locais e faz parte da maior rede ambiental de base do mundo, a Amigos da Terra Internacional.

www.friendsoftheearth.eu

[@foeeurope.bsky.social](https://foeeurope.bsky.social)

linkedin.com/company/friends-of-the-earth-europe